

Caros(as) colegas,

Na data de ontem (28/12), foi firmado o termo de acordo que culminará no reajuste salarial para o próximo triênio. Sabemos que o reajuste apresentado **não traz consigo qualquer marca da reestruturação merecida, pleiteada e anunciada pelo próprio governo desde o período da transição.**

Lamentavelmente, o governo ignorou a proposta feita por todas as entidades dos servidores da Polícia Federal, chancelada pelo Diretor-geral da PF e pelo Ministro da Justiça, na qual constava uma diminuição do fosso salarial então existente entre os cargos, sem esquecer da justa e necessária reestruturação dos servidores administrativos.

Lembremos que o Diretor-geral da PF afirmou em várias reuniões pelas superintendências regionais do país a notícia de que a reestruturação ocorreria e que esta contava, inclusive, com o apoio do próprio Presidente da República, com quem já havia conversado a respeito em mais de uma oportunidade.

A Fenapef em reuniões com vários interlocutores do governo e ministros de Estado também ouviu que existia determinação do Presidente da República para fazer a reestruturação com a diminuição da absurda diferença salarial entre os cargos da carreira policial federal.

Repetindo erros do passado, o governo, representado na ocasião pelo MGI, desconsiderou a proposta das entidades chancelada pelo DG e pelo MJ e aplicou um índice linear de reajuste, transformando o que era um fosso salarial num verdadeiro abismo, contrariando seu próprio discurso, que se mostra vazio e com promessas não cumpridas.

Em que pese todo o esforço das entidades na tentativa de inclusão dos servidores administrativos, este se mostrou em vão, vez que os valorosos colegas foram



empurrados deliberadamente para o grupo geral dos distintos servidores do Poder Executivo que amargarão um reajuste ínfimo até o ano de 2026.

Devemos destacar aos colegas que a Fenapef batalhou arduamente para que a reestruturação fosse efetivamente implementada, desde a participação em todas as reuniões marcadas pelo governo, encaminhamento de documentos e requerimentos, até a tratativa no Congresso Nacional para que uma emenda com valor destinado à reestruturação fosse incluída no orçamento. Não faltou empenho da Fenapef e dos sindicatos filiados nessa luta em busca da reestruturação salarial não só para os servidores policiais, mas também para os servidores administrativos.

O fato é que a proposta apresentada pelo governo se mostrou uma espécie de “contrato de adesão”, desfigurando o que seria uma reestruturação salarial para um mero reajuste salarial, com índices lineares e inferiores a outras forças policiais, cenário esse que certamente desmotivará a imensa maioria dos servidores do órgão e deixou uma sensação generalizada de indignação para com o governo.

Registremos o nosso mais profundo repúdio diante desse desrespeito aos Agentes, Escrivães, Papiloscopistas e, principalmente, aos servidores administrativos nessa mesa de negociação, que não apenas tiveram a sua proposta desconsiderada pelo governo, como viram, mais uma vez, aumentar a injustiça salarial dentro do próprio órgão e em relação a outras carreiras do serviço público federal.

Não bastasse toda a decepção e desgaste desse processo, ainda nos vemos obrigados a repudiar vídeo produzido pela Direção-Geral da PF na data de hoje (29/12), utilizando-se da falácia de que o fosso salarial teria sido diminuído, quando, em verdade, o governo adotou uma estratégia sorrateira, que em nada valorizou os Agentes, Escrivães e Papiloscopistas, ao aplicar um índice de reajuste menor para a 3ª classe de todos os cargos da carreira policial federal, o que transmite a falsa impressão de que houve a diminuição da diferença entre os subsídios. Afinal, a diferença entre os salários da classe especial de Delegados e Peritos para a classe especial de Agentes,





Escrivães e Papiloscopistas saltou de absurdos R\$ 13.390,78 para inconcebíveis R\$ 16.098,55 em 2026.

A Direção-Geral da Polícia Federal, sabendo que o acordo das entidades (chancelado por ela) previa uma diretriz de que os Agentes, Escrivães e Papiloscopistas na classe especial receberiam o equivalente a 70% dos subsídios de Delegados e Peritos na classe especial, manipula a própria Matemática ao afirmar que teria havido uma redução do fosso salarial, zombando dos servidores policiais, novamente não valorizados, ao mencionar percentuais de reajuste muito aquém do previsto no acordo para os Agentes, Escrivães e Papiloscopistas, como se uma grande conquista tivesse sido, quando deveria, no mínimo, ter lamentado a intransigência do governo ao não reconhecer o verdadeiro valor desses cargos.

Outrossim, lamentamos ainda a divulgação do referido vídeo produzido pela Direção-Geral da PF apresentando uma grave impropriedade jurídica ao falaciosamente tratar os cargos da Carreira Policial Federal (no singular, conforme previsto no art. 144, § 1º da Constituição Federal) como se fossem carreiras distintas, reproduzindo estratégia há muito conhecida que tenta desvincular os cargos como forma de promover ainda mais desvalorização para alguns deles.

Por fim, reiteramos o nosso compromisso inabalável de luta pela melhoria das condições de trabalho dos servidores ativos e de remuneração e benefícios aos servidores da Polícia Federal, ativos e aposentados, mantendo aberto todos os canais de diálogo com o governo, Congresso Nacional e Direção-Geral da Polícia Federal.

Desejamos a todos que o ano de 2024 seja de muita saúde e conquistas para todos.

Brasília, 29 de dezembro de 2023.

Federação Nacional dos Policiais Federais



SHIS QI 25 Conjunto 5 Casa 4
Lago Sul - Brasília/DF
CEP 71660-250



+55 (61) 3445 5200
secretaria@fenapef.org.br



www.fenapef.org.br